

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A
SUSTENTABILIDADE
CAMPUS SOROCABA**

**Programa de Pós Graduação em Sustentabilidade na Gestão
Ambiental - PROSGAM**



DANIELA MIDORI KANESHIRO

**AVALIAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO
ECOTURISMO NA MATA ATLÂNTICA EM PARQUES DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

**Volume Único
SOROCABA
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A
SUSTENTABILIDADE
CAMPUS SOROCABA
Programa de Pós Graduação em Sustentabilidade na Gestão
Ambiental - PROSGAM

DANIELA MIDORI KANESHIRO

AVALIAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO
ECOTURISMO NA MATA ATLÂNTICA EM PARQUES DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental da Universidade Federal de São Carlos –Campus Sorocaba – para obtenção do Título de Mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental.

Orientador: Professor Doutor Zysman Neiman

SOROCABA
2014

Kaneshiro, Daniela Midori.
K16a Avaliação do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Mata Atlântica em parques do estado de São Paulo / Daniela Midori Kaneshiro. -- 2014.
34 f. : 28 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos,
Campus Sorocaba, Sorocaba, 2014
Orientador: Zysman Neiman
Banca examinadora: Heros Augusto Santos Lobo, Henry Lesjak
Martos
Bibliografia

1. Ecoturismo - Mata Atlântica. 2. Parques. 3. Recursos naturais - Conservação. I. Título. II. Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos.

CDD 333.78

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos - *campus* Sorocaba (BSO).

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANIELA MIDORI KANESHIRO

AVALIAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA MATA ATLÂNTICA EM PARQUES DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo apresentado ao Programa de Pós
Graduação, para obtenção de título de
Mestre em Sustentabilidade na Gestão
Ambiental.**

**Universidade Federal de São Carlos.
Sorocaba, 31 de janeiro de 2014.**

Orientador:

**Professor Doutor Zysman Neiman
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP**

Examinador

**Professor Doutor Heros Augusto Santos Lobo
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR**

Examinador

**Professor Doutor Henry Lesjak Martos
Universidade de Sorocaba - UNISO**

AGRADECIMENTOS

Ao Professor e Orientador, Zysman Neiman, pelas caronas e, sobretudo, pelas provocações que me instigaram a refletir, criticar e acolher diferentes opiniões e pontos de vista.

Aos professores do PROSGAM por compartilharem o tempo e o conhecimento e contribuírem com temas inspiradores sobre as temáticas envolvidas com a sustentabilidade e que fizeram parte desta dissertação.

Aos professores Doutores que contribuíram com o trabalho ao aceitarem o convite para participar da banca de qualificação e de defesa.

Aos colegas de turma que acaloraram e enriqueceram as diversas discussões e debates nas aulas com temas desafiadores, em especial, aos que cederam uma cama e um teto para os pernoites em Sorocaba.

À Wanda Maldonado pela revisão, atenção e auxílio no artigo.

Aos vários gestores e funcionários dos Parques Estaduais do âmbito do Projeto Ecoturismo, fundamentais para a conclusão do mesmo e deste trabalho, por participar e contribuir com experiências enriquecedoras e realizarem mágica nos desafios de manter a Unidade de Conservação receptiva. Em especial, ao José Luiz Camargo Maia, pelas conversas na mesa oval, antes do almoço no Parque Estadual “Carlos Botelho”.

À equipe do Projeto, a Unidade de Coordenação de Projetos, em especial, Luiza Saito Junqueira Aguiar, por todo o apoio no levantamento das informações e por possibilitar mais uma conquista e Lie Schutzer pelas revisões.

Aos amigos e todas as pessoas que torceram e participaram de alguma forma e me ajudaram a seguir firme e forte até o final.

À minha adorada e idolatrada família, pela força, ajuda e apoio para finalizar mais esta conquista. Em especial, ao meu marido Arnaldo, pelos jantares e por levar nosso pequeno filhote para passear enquanto eu me dedicava aos estudos.

A Deus e à oportunidade de alcançar mais um objetivo com saúde para compartilhar um pouco o meu aprendizado pelo tema.

RESUMO

KANESHIRO, Daniela Midori. Avaliação do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Mata Atlântica em parques do Estado de São Paulo. 2014 32f. Artigo (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Centro de Ciência e Tecnologias para Sustentabilidade, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.

A Mata Atlântica, que tem o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO, é uma região muito importante que precisa ser conservada pela sua rica biodiversidade, além dos bens naturais e culturais que tanto atraem turistas. Por todos estes motivos tem potencial turístico considerável e pode contribuir para a economia da região. O Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica foi criado para implementar ações que beneficiassem as comunidades do entorno das Unidades de Conservação, bem como ampliasse as infraestruturas para a visitação de forma a estabelecer uma gestão ordenada do turismo para evitar impactos negativos na região. Este trabalho objetivou avaliar esse Projeto desde sua concepção até o término de suas ações em 2012, principalmente os seus indicadores, aplicando a metodologia PDCA (Plan, Do, Check e Act). Nos seus sete anos de execução e com as constantes mudanças na gestão dos parques e dos coordenadores e técnicos do projeto, é importante fazer um estudo e balanço das atividades e apresentar os trabalhos realizados. Dos 9 indicadores, 4 atingiram a meta e os restantes estão próximos de alcançar. O aumento na quantidade de instrumentos normativos publicados e valor na receita auferida em ascensão apresentam um avanço para a gestão das Unidades de Conservação. Para o Banco, os resultados foram positivos, pois foram desembolsados 98,15% do valor total do contrato. Por outro lado, por conta da variação do dólar, investimentos foram cancelados. Para os gestores dos parques, o saldo também foi positivo pelo ganho com ferramentas de educação ambiental e melhoria na infraestrutura para receber os visitantes. As atividades realizadas no Projeto fizeram com que o Estado fosse indutor na mudança de paradigma em relação aos parques, pois, além de espaço para pesquisa, a visitação pública passa a receber investimentos com vistas ao aumento do número de visitantes, mas também a melhora na qualidade do receptivo, o que provoca mudança na participação do entorno. Esta mudança se caracteriza pela participação qualificada das comunidades tradicionais, dos empresários locais e do poder público municipal.

Palavras-chave: Indicadores. Ecoturismo. Unidades de Conservação. Uso Público. Avaliação.

ABSTRACT

The Atlantic Rainforest, which has the title of World Heritage by UNESCO, is a very important area that must be preserved for its rich biodiversity, in addition to the natural and cultural assets that attract tourists. For all these reasons has considerable tourism potential and can contribute to the region's economy.

The Design of Development of Ecotourism in the Atlantic Forest region was created to implement actions that benefit the communities surrounding protected areas, as well as broaden the infrastructure for the visitation in order to establish an orderly tourism management to avoid negative impacts on the region. This study aimed to evaluate this project from its conception to the end of their actions in 2012, especially its indicators, applying the methodology PDCA (Plan, Do, Check and Act). In its seven years of implementation and with the constant changes in park management and technical project, it is important to make a study and review of the activities and present the work done. Of 9 indicators, 4 achieved the target and the rest are close to reaching. The increase in the amount of published normative instruments and value in the income earned on the rise present a breakthrough for the Protected Areas. For the Bank, the results were positive; they were paid 98.15% of the total contract value. Moreover, due to the dollar variation, investments were canceled. For managers of parks, the balance was also positive for the gain with environmental education and improvement tools in the infrastructure to receive visitors. The activities carried out in the Project caused the state to be in inducing paradigm change in relation to the parks because: plus space for research, public visitation shall receive investments in order to increase the number of visitors but also improved quality receptive, which causes change in participation around. This change is characterized by a qualified participation of traditional communities, local businesses and the municipal government.

Keywords: Indicators. Ecotourism. Protected Area. Public Use. Evaluation.

Introdução

A região da Mata Atlântica é um destino turístico e as suas Unidades de Conservação (UCs) são locais especialmente distintos para o desenvolvimento do ecoturismo, gerando muitas pesquisas e estudos relacionados à educação ambiental, aos impactos do turismo, mudanças socioambientais causadas pela invasão de visitantes, entre outros temas, conforme Chabaribery et al. (2004), Santos (2005), Lobo (2008), Neiman e Rabinovici (2008), Martins *et al.* (2009), entre outros.

Visando impulsionar o desenvolvimento socioeconômico aliado à conservação da natureza da área de influência das UCs, o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Mata Atlântica foi uma idealização de ações visando à estruturação interna dos parques para receber o visitante, consolidando o produto turístico na área de entorno de seis áreas protegidas, além do fortalecimento da gestão pública, através de um financiamento de 15 milhões de dólares do Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria do Meio Ambiente¹ (SMA) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Projeto significou uma mudança de paradigma nas políticas públicas até então desenvolvidas no Estado, pois proporcionou ao poder público a oportunidade de criar mecanismos que possibilitem tanto a preservação do meio ambiente como a promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades ao redor das áreas protegidas.

Após a execução do contrato de financiamento e de implantação do Projeto, foi realizada uma síntese qualitativa dos resultados por um consultor contratado, tanto para o Banco financiador, quanto para os beneficiários, a fim de avaliar o sucesso ou não dos trabalhos através do alcance das metas propostas na concepção do projeto e se positivo, possibilitar novas tratativas e outros investimentos.

A partir da síntese apresentada no Relatório de Encerramento do Projeto em janeiro de 2013 pela SMA como documento final de prestação de

¹ No Estado de São Paulo, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal ou FF), órgão ligado à Secretaria de Meio Ambiente, é a responsável pela gerência das Unidades de Conservação.

contas ao BID, foi realizada uma avaliação focada nos indicadores do Projeto, aplicando a metodologia *Plan-Do-Check-Act*.

Assim, o objetivo do presente estudo foi avaliar os indicadores apresentados pelo Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo contidos no Relatório de Encerramento do Projeto.

Turismo e Unidades de Conservação

Durante muito tempo, o turismo não era considerado como uma ameaça à natureza e ao ambiente. Contudo, este quadro alterou-se perante a evolução e dinâmica do setor, constatando-se, cada vez mais, o aumento dos impactos negativos a uma forte relação entre o turismo desordenado e a queda da qualidade do ambiente.

Uma alternativa menos impactante seria adotar os princípios do ecoturismo, pois, conforme Costa *et al.* (2010:01), na prática, ele

pode se tornar um grande aliado na conservação ambiental de vários ecossistemas, na medida em que consiga efetivamente se realizar alicerçado no tripé: proteção dos recursos naturais, sustentabilidade econômico-social e educação para a conservação.

O ecoturismo é um segmento da atividade turística que busca utilizar, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 1994). Na visão mais empreendedora, Lindemberg e Hawkins (1995) definem que ecoturismo é um fenômeno complexo e multidisciplinar e que muitos aspectos devem ser levados em conta a fim de que ele seja um empreendimento bem-sucedido para todos os envolvidos: consumidores, administradores, povos nativos e fornecedores. E as áreas protegidas oferecem atrativos para realizar o ecoturismo.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000 e sua regulamentação pelo Decreto nº 4.340/2002, fornecem diretrizes e procedimentos oficiais para criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação (UC). Das categorias de

áreas protegida determinadas pelo SNUC, nas Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI), as atividades de visitação pública estão previstas nos Parques Nacionais, e seus correspondentes nos âmbitos estadual e municipal (Parque Estadual e Natural Municipal), Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre, estando sujeitas às condições estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade, e às normas indicadas pelo órgão responsável por sua administração. Desta forma, nas UCPI, está proibida a visitação pública nas Reservas Biológicas e nas Estações Ecológicas, apenas podendo ser realizada com regulamento específico com objetivo educacional, o que demonstra ainda mais a importância de um documento regulador como o Plano de Manejo (SISTEMA, 2000).

O conceito de Plano de Manejo é definido no Art. 2º - XVII do SNUC como

documento técnico mediante o qual, com fundamentos dos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade.

No Brasil a realização de atividades de contato com ambientes naturais, a diversificação de modalidades do ecoturismo e o maior número de praticantes, demandou aos órgãos responsáveis das UC o estabelecimento de diretrizes e normas para que a visitação nesses locais seja realizada de maneira adequada, respeitando o principal objetivo das áreas protegidas que é a conservação da natureza. Por conta disso, em muitas dessas unidades, definiu-se que um dos programas de manejo deva ser voltado a atender essa demanda crescente, sendo denominado como *programa de uso público* nas Unidades de Conservação estaduais paulistas (SÃO PAULO, 2009).

O Ministério do Meio Ambiente define *uso público* em Unidades de Conservação como as atividades recreativas, científicas, educativas e de interpretação ambiental, proporcionando ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes (SISTEMA, 2000). Em São Paulo, é utilizado o termo *uso público* para designar uma ação que tenha usufruto do público com a finalidade recreativa, educativa, científica, turística, artística, espiritual que são realizadas dentro das Unidades

de Conservação e sempre de acordo com o Plano de Manejo (MAGRO, 1999; SÃO PAULO, 2009).

No final de 2006, com o decreto 51.453/2006 que cria no estado de São Paulo o Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR), a Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal – FF) tornou-se responsável pela gestão das unidades públicas de conservação e produção do Estado de São Paulo. Posteriormente, através do Decreto nº 54.079, de 4 de março de 2009, as unidades de conservação ficaram a cargo da FF e as unidades de produção do Instituto Florestal. Antes de 2006, apenas o Parque Estadual de Intervales pertencia a FF e todas as outras Unidades eram gerenciadas pelo Instituto Florestal.

De acordo com o Decreto, o SIEFLOR é um sistema criado para conferir eficácia na gestão das florestas públicas e outras áreas naturais protegidas, em face da extrema importância da conservação da Mata Atlântica, do cerrado e de outras formações vegetais naturais do Estado de São Paulo, bem como sua fauna associada.

As atividades de uso público nas UC que devem constar no plano de manejo são: áreas de visitação, e novas potencialidades, período de maior frequência, serviços de condução e guia, atividades educacionais, assim como a análise dos impactos evidentes causados por essas atividades nas diferentes áreas de visitação pública, se existentes (SISTEMA, 2000).

O uso público é também um importante meio de arrecadação de recursos financeiros nas Unidades de Conservação e a administração dos parques tem o difícil papel de conciliar o uso público com a preservação do meio ambiente (TAKAHASHI, 2004). Mas atualmente, a dificuldade de manejá-lo juntamente com programas contemplados no Plano de Manejo, além da gerência administrativa geral do parque limitada em recursos humanos, e a dificuldade de conseguir fundos financeiros, resultam em baixa qualidade no serviço. Takahashi (2004) aponta a disponibilidade da gestão financeira como um dos fatores que restringem a recreação em áreas naturais no Brasil. Além da receita própria gerada pelo uso público, outras formas de investimento nos

parques são o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental², o recurso orçamentário informado no Plano Plurianual e financiamento externo, caso do Projeto Ecoturismo.

O Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo

Em junho de 2003, o então secretário do Meio Ambiente, José Goldemberg elaborou a seguinte justificativa para solicitar que o Governador do Estado de São Paulo enviasse uma Carta Consulta à Comissão de Financiamentos Externos (COFLEX) para obter financiamento internacional de um Projeto:

A Mata Atlântica, um dos biomas mais ricos em biodiversidade do planeta e também um dos mais ameaçados tem, especialmente no Vale do Ribeira e Litoral Norte, sua porção mais conservada e contínua. Por essa razão, porções dessas duas regiões já foram reconhecidas pela UNESCO como patrimônio da humanidade, além de possuírem várias unidades de conservação que, dentre outras atribuições, devem proporcionar aos cidadãos condições para a realização de atividades de recreação e educação ambiental (SÃO PAULO, 2003: 76).

O intuito era elaborar um projeto piloto para colocar as Unidades de Conservação a serviço do desenvolvimento regional por meio do ecoturismo, estimulando gerar mais de três mil postos de trabalhos ou empregos e duplicar o número de turistas aos parques escolhidos e, ao mesmo tempo, melhorar a proteção da biodiversidade nos parques e no entorno. E não somente aproveitar os atrativos da região com enorme potencial turístico, mas também aperfeiçoar a gastronomia, o atendimento hospitalar e a capacidade produtiva de artesãos, contribuindo para a economia da região.

Entre 2003 e 2005, período de concepção do Projeto, foram realizadas oficinas participativas para a estruturação do Projeto, resultando em um arranjo com três componentes, conforme pode ser observado na Figura 1, que deveriam se interligar:

² TCCA é o instrumento entre o órgão ambiental e o empreendedor, onde o segundo assume a obrigação de cumprir a compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimento causador de significativo impacto ambiental (SÃO PAULO, 2013b).

- Componente 1: visava estruturar as UCs para a visitação, além de subsidiar os outros componentes através da construção de alojamentos, pousadas, infraestrutura sanitária, centro de visitantes e restaurantes visando o atendimento da demanda turística para, ao mesmo tempo, gerar oportunidades para o desenvolvimento econômico da região através de concessões.
- Componente 2: Focado na cadeia produtiva da região, realizava articulações entre prefeituras, empresários e outros atores do entorno dos parques, além de promover cursos de capacitação para aperfeiçoar as atividades já existentes relacionadas ao ecoturismo. Além disso, serviu para captar os potenciais atrativos e estruturas turísticas existentes na região para realização da Campanha Publicitária das Unidades de Conservação.
- Componente 3: Fortalecimento da gestão pública para o ecoturismo através de políticas públicas e capacitações dos servidores públicos.



Figura 1: Imagem da estrutura das linhas de investimento do Projeto Ecoturismo.
Fonte: Projeto de Ecoturismo da Mata Atlântica.

O Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica foi implantado entre fevereiro de 2006 até fevereiro de 2013, através da Secretaria do Meio Ambiente, financiado pelo Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID), com ações que visavam estimular o aproveitamento turístico dos parques estaduais envolvidos, inserindo uma mudança de paradigma onde o setor público cria mecanismos que melhorem a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades do entorno dos parques paulistas e servindo de modelo para outras áreas protegidas (SÃO PAULO, 2005). Esse potencial é possível, desde que haja um bom planejamento turístico e as ações e seus impactos sejam medidos e monitorados, com o objetivo de minimizá-los, além de tornar essas atividades, uma fonte de renda para as comunidades locais, conforme relatos de Ruschmann (1997), Tito (2003) e Pedrini *et al.* (2011).

O Projeto abrangeu seis Unidades de Conservação de categoria Parque Estadual (PE), sendo cinco localizados no Vale do Ribeira e Alto Paranapanema: PE Turístico do Alto Ribeira (PETAR), PE Caverna do Diabo (PECD), PE Ilha do Cardoso (PEIC), PE “Carlos Botelho” (PECB), PE Intervalos (PEI); e um no Litoral Norte: PE Ilhabela (PEIb), conforme pode ser observado pelo mapa na Figura 2:



Figura 2: Mapa com a localização das Unidades de Conservação do Projeto.
Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2005.

A Tabela 1 apresenta os elementos básicos do Projeto Ecoturismo sobre as Unidades de Conservação, sua criação, áreas de visitação e dados sobre o plano de manejo.

Ressalta-se que, durante a implantação do Projeto Ecoturismo, o Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), criado pelo Decreto-Lei Nº 145 de 8 de agosto de 1969, foi transformado no Mosaico Jacupiranga em 2008, para adequar os diplomas de conservação a uma situação existente de muitos conflitos, de falta de efetividade na conservação. O PEJ foi subdividido e ampliado, composto por três Parques Estaduais, destacando o Parque Estadual Caverna do Diabo (PECD), e mais onze Unidades de Conservação de Uso Sustentável nas categorias APA³, RDS⁴ e RESEX⁵. Com a mudança, os investimentos do projeto foram realizados no PECD.

Tabela 1 - Informações básicas das Unidades de Conservação do Projeto Ecoturismo.

Parque Estadual	Núcleos de Visitação	Área (ha)	Decreto de Criação	Possui Plano de Manejo (PM)?	Possui Conselho instituído? Qual?
PEJ	1 – Caverna do Diabo	150.000	Decreto-Lei nº 145 de 8/8/69	Não	Não
PECD	1- Caverna do Diabo	40.219,66	Lei 12.810 em 21/02/2008	Apenas o Plano de Manejo Espeleológico elaborado em 2010 (aprovado em 2010)	Sim, Conselho Consultivo
PETAR	1- Ouro Grosso 2- Caboclos 3- Santana 4- Casa de Pedra	35.712	Decreto nº 32.283 de 19/05/1958	Sim, Plano de Manejo do Parque em análise no CONSEMA desde 2009 e Plano de Manejo Espeleológico (aprovado em 2010)	Sim, Conselho Consultivo
PEIC	1- Perequê 2- Marujá	22.500	Decreto nº 40.319 de 03/07/1962	Sim, Plano de Manejo do Parque aprovado em 2000	Sim, Conselho Consultivo
PECB	1 - Sete Barras 2- São Miguel Arcanjo (sede)	37.644	Decreto nº 19.499 de 1982	Sim, Plano de Manejo do Parque aprovado em 2008	Sim, Conselho Consultivo
PEI	1 – Sede 2 - Bulha D'Água 3 - Saibadela	46.086	Decreto nº.135 de 08 de junho de 1995	Sim, Plano de Manejo do Parque aprovado em 2008 e Plano de Manejo Espeleológico (aprovado em 2010)	Sim, Conselho Consultivo
PEIb	1 – Sede	27.025	Decreto nº 9.414/77	Sim, em análise no CONSEMA.	Sim, Conselho Consultivo

Fonte: adaptado Fundação Florestal, 2013.

Para acompanhar todos os investimentos, foi criada na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo uma Unidade de Coordenação de Projetos (UCP), composta por núcleos com funções definidas e formação acadêmica necessária para as atividades (Figura 3):

³Área de Proteção Ambiental (APA)

⁴ Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)

⁵ Reserva extrativista (RESEX)

I) Núcleo de Controle e Monitoramento:

a) Responsável pelo controle e monitoramento dos procedimentos relativos às aquisições, contratações, organização administrativo-financeira, orçamentária e operacional do Projeto, em articulação com as demais Unidades Administrativas do Gabinete.⁶;

b) Deve contar com técnicos com experiência em aquisições e em gestão de projetos;

II) Núcleo de Infraestrutura e Paisagem:

a) Responsável por todos os assuntos referentes às intervenções físicas (projetos e obras civis) que serão efetuadas no âmbito do Projeto;

b) Deve contar com engenheiros civis com experiência em projetos e execução de obras, e arquitetos com experiência em projetos e execução de obras, paisagismo, programação visual e projetos expositivos;

III) Núcleo de Gestão da Visitação para o Ecoturismo:

a) Responsável por assuntos relativos à implantação de um sistema de recepção e ordenamento da visitação nos Parques Estaduais do Projeto;

b) Deve contar com técnicos com experiência em gestão de visitação em Unidades de Conservação e turismo;

IV) Núcleo de Apoio à Cadeia Produtiva do Turismo:

a) Responsável por ações destinadas às comunidades, aos micros, pequenos e médios empresários da cadeia produtiva do turismo, e aos municípios da zona de influência dos parques para fomentar sua participação nos benefícios do Projeto;

b) Deve contar com técnicos com experiência em mobilização comunitária e condução de equipes;

V) Núcleo de Comunicação e Marketing:

⁶definidas no artigo 1º, parágrafo segundo, do Decreto 50.406 de 27 de dezembro de 2005

a) Responsável por assuntos relativos ao mercado turístico, principalmente promoção e gerenciamento de planos de parcerias com o setor privado, ações de planejamento, marketing, campanha publicitária voltada para promoção do ecoturismo em Parques e da área de influência, comunicação com visitantes, mercado e mídia em geral;

b) Deve contar com técnicos da área de marketing e negócios turísticos.

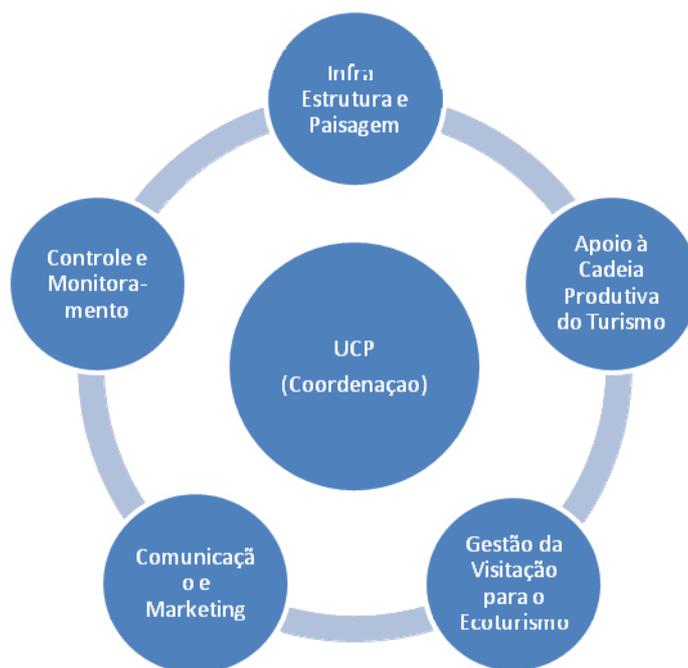


Figura 3 - Organograma da UCP e os Núcleos que atuam de forma articulada e integrada.

Embora a resolução defina as áreas de atuação dos técnicos para cada núcleo, a equipe atuava em todos os componentes do Projeto de forma multidisciplinar.

Metodologia

A metodologia investigativa utilizada neste constituiu-se de uma revisão bibliográfica, principalmente por meio dos documentos elaborados pelo Projeto Ecoturismo. O principal documento utilizado foi o Relatório de Encerramento do Projeto, que apresentou os resultados alcançados após sua implantação.

Para entender o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica, foi aplicado, o ciclo PDCA (Plan – Do – Check – Act), ferramenta utilizada para nortear a gestão de qualidade e de projetos em busca da melhoria contínua. É uma metodologia que exige que se tenha constante

monitoramento e avaliação nas atividades que estão sendo realizadas e a cada mudança, nova análise deve ser efetivada. Esse ciclo exige uma mão de obra e ferramentas continuamente.

A primeira etapa, de planejamento, foi linear, com meta de contextualizar e entender o projeto através do resgate histórico, desde sua concepção até sua implantação, sendo constituída por uma análise documental, já resumida neste documento. A segunda consistiu em apresentar os trabalhos realizados durante os sete anos de contrato de empréstimo. A terceira etapa, de Verificação, constituiu-se da interpretação dos indicadores do Projeto Ecoturismo apresentados na sua concepção em 2006 até o término dos trabalhos em 2012, a fim de verificar o que foi e o que não foi atingido, além da eficácia dos mesmos. Na etapa de verificação, pretendeu-se averiguar:

- fonte dos dados, visto que a FF não possui um sistema de gestão da visitação implantado em todos os parques.
- tempo do projeto,
- inflação no período do projeto,
- Quantidade de planos de manejo aprovados na área do Projeto,
- Repetição na contagem do número de visitantes no mesmo parque, mas que possui mais de um núcleo para visitação,
- base da receita auferida: quais itens foram considerados para verificar a padronização das informações. (Incluiu pernoite? Alimentação? Taxa de entrada?),
- plano de manejo (uso público versus execução do projeto)

Por último, a etapa de Ação, e já prevendo os próximos passos para o desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação, na qual foram fornecidas recomendações.

Resultados e Discussão

Todos os investimentos encontram-se detalhados no Plano de Aquisições, instrumento utilizado pelo Banco para definir a elegibilidade das despesas, principalmente nos projetos com revisão *ex-post* (auditoria e aprovação dos gastos após execução do contrato), sendo um resumo das contratações apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Resumo das contratações realizadas pelo Projeto.

Contratações:	Valores (R\$)	Empresa Contratada
Revitalização do Núcleo Perequê – PEIC	7.923.341	Lacon Engenharia
Construção da Pousada Lontra – PEI	3.533.003	Lacon Engenharia
Implantação de trilhas e atrativos	1.608.565	Tectom Serviços Verticais
Revitalização do Núcleo Caverna do Diabo	1.352.865	Tropical Engenharia
Revitalização do Núcleo Santana – PETAR	1.302.457	Tropical Engenharia
Exposições temáticas para os Centros de Visitantes dos Parques	1.268.375	Ecoview Marketing
Implantação da rede de energia e iluminação da Caverna do Diabo	1.232.290	Fares & Fares / Engecon Engenharia
Estudos e Projetos Executivos	1.904.991	Diversas
Construção de estruturas na Estrada Parque PECB	876.359	EBCI
Reforma da antiga cadeia e fórum de Ilhabela	739.534	Fazer Construções e Engenharia
Concepção de identidade visual para os Parques	578.081	Idom Ingenieria
Plano de contingência e gerenciamento de riscos	560.000	Modulo Security
Implantação de sinalização para os Parques	400.000	Sinalta Propista
Mobiliários para os Parques	391.476	Diversas
Equipamentos e utensílios para os Parques	344.196	Diversas
Veículos e embarcações	313.500	Diversas
Plano de monitoramento de impacto da visitação	137.300	BK Consultoria
Outros	70.912	Diversas
TOTAL	24.537.245	

Fonte: SÃO PAULO, 2013a.

Algumas considerações sobre o projeto inicial e o produto final são feitas por Holtz (2013), já que foi implantada a Pousada Lontra no PEI, mas não foi executada a Pousada Monocarvoeiro, que fazia parte do projeto inicial. Além disso, um dos quatro módulos da Pousada Lontra foi excluído por falta de verba. A obra de revitalização do píer do núcleo Perequê – PEIC, também não foi realizada, já que o projeto executivo demorou demasiadamente para ser concluído e o custo previsto em planilha foi subestimado. A implantação da Pousada no PECB foi paralisada, pois foram encontradas falhas no projeto executivo e sua retomada não foi mais possível por aumento de custos na Pousada Lontra e pela variação negativa do dólar. As obras de estrutura de apoio aos visitantes da estrada de Castelhanos no PEIb não puderam ser realizadas pela falta de projeto executivo de pavimentação da mesma e pelas

condições de acesso na época (apenas era possível transitar com veículos com tração quatro por quatro e não havia tráfego para dois veículos ao mesmo tempo), impossibilitando o transporte de material para sua execução. Poderia ser considerada uma falha no investimento do Projeto implantar a infraestrutura onde a pavimentação da estrada é de responsabilidade de outro órgão, o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo e com possibilidade de ampliação da faixa da estrada. O projeto das estruturas a serem implantadas foi enviado aos responsáveis do DER para contemplar junto com a reforma da pavimentação da estrada, ainda em estudo aquela época.

Os investimentos do Componente 1 resultaram maiores do que os orçados originalmente e as licitações deram desertas ou fracassadas, gerando a necessidade de rever ou readequar os preços em decorrência do aquecimento do mercado de construção civil no estado de SP e a localização/porte das obras distantes de grandes centros urbanos.

O Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica, durante os sete anos de investimento, recebeu 30 visitas do BID, todas relatadas nas Ajudas Memórias, termo utilizado pelo BID para as atas de reuniões realizadas durante visitas ao projeto para analisar o seu andamento, preocupações, metas, soluções e auxiliar nas decisões de investimento. Em resumo, destacaram-se alguns pontos nas Ajudas Memórias:

- Lento arranque do Projeto com um baixo ritmo de desembolso;
- As dificuldades no gerenciamento dos investimentos, uma vez que a variação da taxa cambial do dólar diminuía o valor do financiamento. À época da assinatura do contrato o valor do dólar era US\$ 1,00 para R\$ 2,13 e durante a execução chegou a R\$ 1,70, resultando no cancelamento em diversas linhas de investimento. Durante a preparação do Projeto, em 2004, o valor era de R\$ 2,99 o dólar.
- Criação de um Núcleo na Fundação Florestal chamado Gerência do Ecoturismo para focar na gestão do uso público da visitação.
- Realização de estudos para padronizar as informações e a identidade visual dos parques paulistas, conhecer as atividades de uso público possíveis de serem realizadas, além do gerenciamento de riscos.

- Ocorrência de dois pedidos de prorrogação do contrato de empréstimo, uma em 2009 e outra em 2011, aprovadas pela SEAIN (Secretaria de Assuntos Internacionais) e pelo BID.
- Apresentação de diversas mudanças na gestão do Banco, do Projeto e da equipe UCP;
- Relato da demora no consenso nos modelos de editais entre a Consultoria Jurídica e o setor jurídico do Banco;
- Solicitação da UCP para o Banco para uma reunião entre a publicação do edital e o recebimento das propostas para sanar eventuais dúvidas das fornecedoras, sendo aprovada pelo Banco e apresentando resultados eficazes, como o comparecimento de empresas nas reuniões e propostas homologadas;
- Informação sobre o tempo médio para elaboração de um processo licitatório até a publicação do edital é de, no mínimo, 6 meses.
- Realização de estudos sobre concessão.

Além das Ajudas Memórias, os relatórios de manutenção, elaborados e emitidos anualmente pela equipe do Projeto eram simples, continham todos os materiais e serviços contratados e identificaram que não houve manutenção das infraestruturas implantadas e dos equipamentos adquiridos. As aquisições foram apontadas em sua maioria em bom estado de conservação. Pela cláusula do Banco, todo o financiamento deveria ser utilizado para investimentos e não para a manutenção, que ficou, portanto, sob a responsabilidade de FF. O Banco, em um dos Ofícios após recebimento do relatório de manutenção, demonstrou sua preocupação com a não utilização de todos os equipamentos turísticos implantados e solicitou providências por parte do mutuário, que é o Estado de São Paulo.

O Relatório de Progresso também era um documento elaborado e semestralmente enviado para o Banco. Continha informações sobre o andamento dos processos, os resultados e as atividades previstas para o semestre seguinte para cada um dos componentes do Projeto. Além das ocorrências no período, também são relatadas as ações complementares que ocorriam nos parques, o desempenho financeiro do Projeto e uma avaliação crítica da implantação, com respostas similares às Ajudas Memórias. Nas versões finais também foram adicionados um resumo executivo do projeto, os riscos, as lições aprendidas durante o semestre.

Ambos os relatórios de Manutenção e Progresso atendiam as cláusulas do contrato de empréstimo. É preciso lembrar que os documentos seguiam um modelo do Banco, alterado durante o projeto. No caso do Relatório de Progresso, a partir de agosto de 2011, a versão final era elaborada somente em planilhas e não mais em documentos de texto. De fato, as informações ficaram mais objetivas e diretas para o leitor. Por conta dessas mudanças, a base para o histórico das informações utilizadas neste estudo foram as Ajudas Memórias, que não tiveram mudanças significativas ao longo do projeto e as informações, embora mais enxutas, resumiam o Relatório de Progresso. O último Relatório de Progresso, datado de fevereiro de 2013 mostrava os indicadores do projeto, os riscos e lições aprendidas. Os dados finais foram apresentados no Relatório de Encerramento do Projeto.

Além desses relatórios, durante o tempo de vida do Projeto Ecoturismo, inclusive o ano seguinte ao término do contrato, a UCP recebia três visitas anualmente: auditoria do Tribunal de Contas do Estado, da Secretaria da Fazenda do Estado, auditoria independente contratada pelo Projeto em atendimento ao contrato de empréstimo. Assim, pelo tempo de cada auditoria, pôde-se perceber que a equipe passava pelo menos um trimestre do ano atendendo aos auditores e respondendo aos respectivos relatórios, no meio de diversos processos licitatórios em andamento e contratos em execução.

A Tabela 3 apresenta o valor total do contrato e também a proporção para a fonte externa (BID) e o de contrapartida (Recursos do Tesouro do Estado – RTE), além de exibir quanto foi gasto em cada componente.

Tabela 3 – Valores gastos por componente e por fonte.

<i>Valores contratados (US\$)</i>			
	BID	RTE	TOTAL
CONTRATO	9.000.000	6.000.000	15.000.000
Componente 1	7.365.953	5.661.551	13.027.504
Componente 2	897.510	751.759	1.649.269
Componente 3	0	581.872	581.872
UCP	603.601	701.309	1.304.910
Total	8.867.064	7.696.490	16.563.554

Fonte: Relatório de Encerramento do Projeto (HOLTZ, 2013).

A tabela 3 demonstra que foram desembolsados 98,15% do empréstimo e é possível estabelecer que os gastos de contrapartida foram cerca de 28% mais altos que o inicial para cobrir os gastos de monitoramento e investimentos do Componente 1 e para suprir a variação do dólar durante a execução do Projeto. Com a valorização do dólar no último semestre de 2012 não foi possível gastar os 1,85% do empréstimo que restaram, além de algumas licitações de bens que fracassaram.

O Relatório de Encerramento do Projeto apresentou os resultados alcançados pelo esforço da equipe da UCP e seus parceiros. Tais valores foram apresentados no Seminário de Encerramento do Projeto Ecoturismo em janeiro de 2013, gravados em vídeo, cuja transcrição foi relatada pelo consultor indicado pelo financiador, apresentados pelas Tabelas 2 e 3 e pelos gráficos abaixo.

Na Figura 4 observa-se que o maior montante investido foi no Componente 1, tanto na fonte RTE como o recurso externo e não houve investimento do BID no Componente 3, já que se tratava de investimento na estrutura interna da SMA e FF.

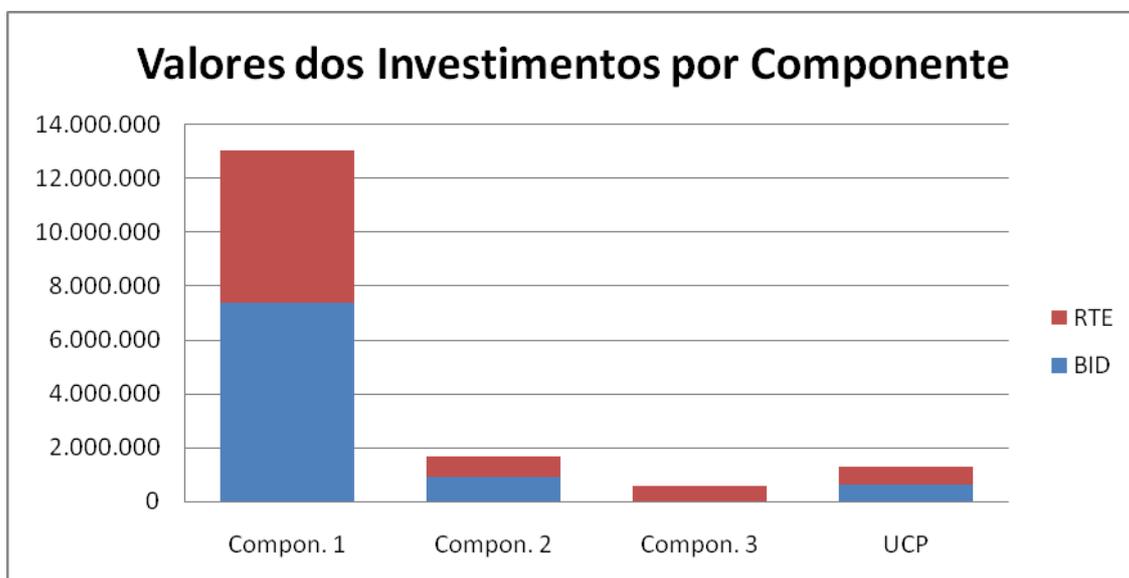


Figura 4- Gráfico com os investimentos (em US\$) realizados ao longo da execução do Projeto. **Fonte:** Relatório de término do Projeto (HOLTZ, 2013 adaptado).

Pelas Ajudas Memórias, as preocupações do BID em relação à vagarosidade na execução do Projeto são facilmente observadas na Figura 5, já que havia a necessidade de elaborar termos de referência e aguardar

estudos que norteassem outras contratações. Também é possível identificar que no primeiro ano de execução do projeto foi gasto apenas a fonte de contrapartida, pois houve o reconhecimento do Banco para algumas ações que estavam sendo executadas antes da assinatura do contrato.



Figura 5- Gráfico com os investimentos (em US\$) realizados por Componente a cada ano do Projeto. **Fonte:** HOLTZ, 2013.

As Figuras 4 e 5 mostram que os investimentos se concentraram principalmente no Componente 1, onde estão as obras de infraestrutura dos parques para visitação que exigiram maiores aportes e onde estavam os projetos de Unidades de Negócios que subsidiariam os componentes 2 e 3 e, conseqüentemente, a sustentabilidade dos parques através das concessões. Ainda pela Figura 4 é possível observar que os gastos se concentraram nos últimos anos do projeto. Holtz (2013) relata que a equipe estava mais experiente para executar os trabalhos conforme as normas do Banco.

Desde o início da concepção do projeto (SÃO PAULO, 2003) foram estabelecidos indicadores para analisar o Projeto após sua execução, assim como foram lançadas as metas a serem atingidas com os investimentos. Houve uma perda das memórias de cálculo e das referências durante o decorrer do Projeto, principalmente devido à rotatividade de funcionários na UCP, culminando em ajustes e aprovação entre o BID e a Coordenação da equipe executora para alguns indicadores. Deste modo, foi realizado um levantamento dos mesmos dados no final do projeto, resultando na Tabela 4.

Dos nove indicadores, cinco não atingiram a meta do projeto.

Um acompanhamento para análise de efetividade do Projeto será avaliado novamente por um consultor. Conforme normas do Banco, será realizado uma avaliação *ex-post* após 5 anos (fevereiro de 2018). Para tanto foi firmado um Convênio entre a FF e SMA para acompanhar os resultados dos investimentos. Porém este não é o objeto de estudo.

Tabela 4 – Resultado dos Indicadores-Chaves do Projeto Ecoturismo.

Indicadores-chave	Meta	Base (2005)	Alcançado
Receita anual auferida pela visitação pública nos seis Parques do Projeto	R\$ 400.000,00	R\$ 277.517,46	R\$667.359,61*
Instrumentos normativos de inserção do ecoturismo como ferramenta de gestão nas UCs do estado de SP	1	0	10*
% de parques estaduais com planos de uso público aprovados	20,00%	0,00%	37,8%*
Número de visitantes por ano nos seis parques do Projeto	300.000	170.000	198.839*
Emprego direto no setor turístico, nos 13 municípios da área de influência do Projeto no Vale do Ribeira	2,01%	1,34%	1,02%
Empresas turísticas que operam na região de influência do Projeto no Vale do Ribeira	1013	681	638 ⁷
Aumenta a participação das mulheres nos Conselhos Consultivos dos Parques	50%	30%	31%
0,01% da superfície territorial total do Estado de São Paulo com zonas terrestres e marinhas efetivamente protegidas, através de uma melhor gestão das áreas dos seis parques;	0,01%	0,00%	0,008%
Receita média auferida pelos Parques Estaduais: Intervales, Caverna do Diabo, Ilha do Cardoso e Turístico do Alto Ribeira, por visitante, por ano	R\$ 6,00	R\$ 4,18	R\$6,38*

* Dados da FF de 2012. / Fonte: Relatório de Término do Projeto (HOLTZ, 2013)

Apesar de ter alcançado a meta, a quantidade de instrumentos normativos na gestão das UC, ainda é pouco significativa, dada a coleção de estudos e trabalhos padronizados adquiridos pelo Projeto não estarem institucionalizados até o momento, tais como o Estudo de Trilhas e Atrativos, Projeto de Centros de Visitantes, entre outros. Os 10 instrumentos considerados na Tabela 4 foram:

- Resolução SMA 59/2008 que estabelece os critérios de uso público nas UC;
- Portaria FF 035/2010 –cria o Programa de Voluntariado na FF;
- Portaria FF 075/2009 – Dispõe sobre a atividade de escalada em rocha no Parque Estadual do Jaraguá;

⁷Os dados são de 2010.

- Portaria FF 073/2009 – Estabelece Roteiro para elaboração do Plano Emergencial de Uso Público para as UCs com atividades consolidadas de visitação pública;
- Portaria FF 142/2010 – Dispõe sobre procedimentos da venda do passaporte Trilhas de São Paulo nas UCs;
- Portaria FF 146/2010 – Institui o Plano Emergencial Uso Público do PE Laje de Santos;
- Portaria FF 151/2011 – Dispõe sobre procedimentos para a venda da publicação Guia de Aves;
- Portaria FF 152/2011 – Estabelece roteiro para elaboração do Plano de Gestão de Riscos e de Contingências para as UCs do SIEFLOR;
- Portaria FF 153/2011 – Dispõe sobre a atividade de Rafting em UC;
- Portaria FF 166/2012 –Dispõe sobre o Sistema de Cobrança de Ingressos, Serviços e utilização de dependências e equipamentos instalados nas UCs.

Os instrumentos normativos acima foram relacionados por Holtz (2013) e não são os mesmos que foram mencionados no Relatório de Progresso durante a execução do Projeto, onde informa cinco publicações: Decreto Estadual nº 53.146/2008 - Define parâmetros para a implantação, gestão e operação de estradas no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado de São Paulo; Decreto Estadual nº 57.401 de 06.10.11 - Institui o Programa de Parcerias para as Unidades de Conservação instituídas pelo Estado de São Paulo e que se encontram sob a administração da Fundação Florestal. Resolução SMA 61/08, de 03/09/09 que cria o Conselho de ecoturismo da SMA, que possuem influência direta dos trabalhos do Projeto Ecoturismo, além dos já mencionados: Resolução SMA 59/08 e Portaria FF 035/10. Todos os instrumentos estão relacionados ao ecoturismo.

Além da publicação dos instrumentos, é importante ressaltar a sua implantação. Embora fosse primordial para a visitação, cerca de quarenta Unidades de Conservação ainda aguardam Planos de Manejo e de Uso Público para elaboração ou aprovação ou revisão, inclusive os do âmbito do Projeto Ecoturismo. O mesmo pode ser considerado para os Planos de Gerenciamento de Riscos e Contingências. Os seis planos elaborados durante a execução do Projeto Ecoturismo já necessitam de revisão de acordo com a Portaria FF 152/11.

Os empregos diretos no setor turístico e empresas turísticas que operam na região são dados obtidos pelo IBGE, e que, portanto, ainda não foram levantados, o que só será possível em médio prazo.

Do número de visitantes por ano, a UCP recebia da FF uma planilha com as informações de visitantes, porém, sem apresentar maiores detalhes, tais como: alunos, pesquisadores, turistas, conforme Tabela 5 exceto no caso do PEIC e PEI, porém, ambas as planilhas são diferentes. Na gestão da Ilha do Cardoso são separados em escolas, outros grupos e público geral (frequentadores), enquanto que, em Intervales são separados por escolas, visitantes regionais, demais visitantes e pesquisadores. Nota-se que alguns parques possuem mais de um Núcleo, como PETAR, PEIC, PECB e não há informações se os visitantes se repetem. A não padronização das informações entre parques dificulta a avaliação e a gestão da visitação, que dificulta a verificação de indicadores. O projeto não conseguiu instituir uma sistemática de registro de informações que permitisse averiguar tais dados. Ressalta-se que apenas o valor total interessava o projeto.

Tabela 5 – Número de Visitantes nos Parques Paulistas entre 2007 a 2012.

Número de visitantes nos Parques Estaduais por ano						
Ano/Parque Estadual	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intervales	9.756	7.098	7.175	16.083	15.778	16.718
Ilhabela	22.280	14.756	35.535	39.106	54.606	83.972
Carlos Botelho	14.175	16.384	16.288	32.966	35.128	13.327
Caverna do Diabo	27.545	9.198	24.453	26.162	26.871	27.143
PETAR	25.794	25.155	21.689	34.980	36.856	37.301
Ilha do Cardoso	40.480	64.756	23.242	34.280	27.000	20.378
Total	142.037	139.355	128.382	183.577	196.239	198.839

Fonte: Fundação Florestal.

A Figura 6 demonstra que a participação nos Conselhos tem aumentado desde a concepção do Projeto, o que é positivo para agregar a sociedade na participação das atividades nos parques.

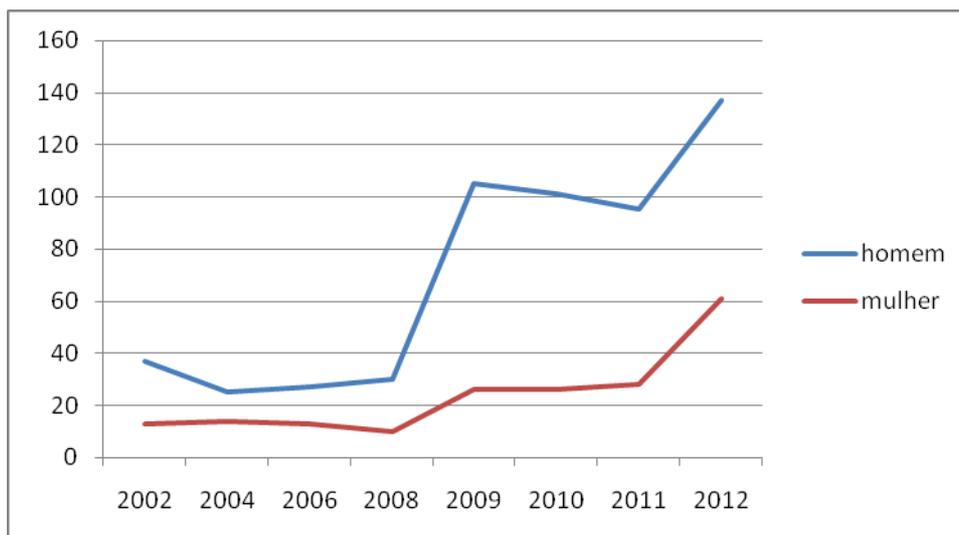


Figura 6– Representação da participação de homens e mulheres no Conselho Consultivo dos Parques (quantidade x ano).

Já o valor da participação da mulher em Conselhos Consultivos nos parques, ainda é pouco expressivo e contabiliza apenas uma pequena parte da sociedade do entorno. A Figura 6 também apresenta a variação da presença feminina em relação à masculina nos conselhos por ano.

Em receitas auferidas⁸, o valor de cada parque variou devido às instalações e atividades. Foram inseridos no valor a venda dos passaportes e guias, reembolso de ligações telefônicas, hospedagens, cessão de espaço físico para eventos, ingressos, monitoria, mudas e sementes, receitas eventuais e camping, de acordo com o que cada parque pode oferecer

A receita média auferida atingiu a meta, porém são de quatro Unidades de Conservação apenas, sendo que, os ganhos de cada parque foram distintos. Os Parques Estaduais Carlos Botelho e Ilhabela não tinham receita no início do Projeto, então não fizeram parte do cálculo, portanto, é um indicador que poderia ter resultados mais expressivos.

Holtz (2013) apresentou algumas dificuldades que a UCP enfrentou durante a execução do contrato, tais como a falta de avaliação na proporção das fontes externa e RTE em cada uma das linhas de investimento. Ou seja, inserir as duas fontes em uma linha de financiamento exigia o atendimento da norma do Banco e da legislação brasileira na elaboração do edital e nem

⁸ Não foi possível verificar a influência da inflação do período por falta de dados primários para realizar os cálculos.

sempre havia compatibilidade. Contratações cujo objeto necessitasse de conhecimento da região deveriam ser de fonte RTE para facilitar a contratação e execução dos trabalhos. Para outros casos, usaria fonte do Banco, como a aquisição de equipamentos, por exemplo. O banco exige que a licitação fosse aberta para empresas internacionais.

Considerações finais

De acordo com Holtz (2013) houve uma importante mudança de mentalidade das comunidades tradicionais, dos empresários locais e do poder público com relação aos parques do Estado de São Paulo, que anteriormente eram tratados mais como centros de pesquisa. Mas a visitação pública passa a receber investimentos com vistas ao aumento do número de visitantes e melhora na qualidade dos serviços turísticos, promovendo maior interação com o entorno. Ou seja, entende-se que a abertura dos parques à visitação turística, aliada à criação de atividades econômicas no seu entorno, provocou dois efeitos positivos simultâneos: a presença dos turistas, que inibe as ações de práticas ilegais e aumenta a renda do parque e, concomitantemente, a oferta de trabalho na prestação de serviços relacionados ao ecoturismo permitem que as pessoas que exerciam o extrativismo, por falta de oportunidade, tenham uma alternativa efetiva e válida. Assim se aumenta a proteção ambiental de maneira mais sustentável.

Para o Banco os resultados foram muito positivos. Foram desembolsados 98% do valor do contrato e há projetos e estudos a serem desenvolvidos e implantados. O BID mostrou preocupação no baixo arranque da execução do Projeto, indicou como satisfatória a avaliação de encerramento do mesmo e aguarda uma melhora dos indicadores na avaliação *ex-post* a ser realizada em 2018 (Holtz, 2013).

Para os gestores dos parques, o saldo foi positivo, não em questões financeiras, já que há um valor de manutenção com as instalações novas ou revitalizadas, mas houve ganho com ferramentas para educação ambiental e implantação das trilhas, de estruturas para os visitantes, além dos estudos das áreas de uso público dos parques, como o Plano de Gerenciamento de Riscos.

Na avaliação mais detalhada dos dados, os resultados dos indicadores encontram-se muito próximos ou abaixo da meta. Se do ponto de vista da execução do Projeto era aproveitar o investimento, foi feito. Houve resultados negativos como o cancelamento de algumas linhas de investimento devido à variação da taxa cambial. Foram vencidas muitas dificuldades em licitar projetos inéditos com a dificuldade de atender as normas do Banco e a legislação nacional ao mesmo tempo. O investimento por meio de financiamento externo não sofreu muitas influências com os mandatos, embora não sejam expressivos, comparados a outros parques que aguardam a possibilidade de receber investimentos através da Câmara de Compensação Ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT). Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994.

CHABARIBERY, D. R. et al. Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira do Iguape: diagnóstico das condições socioeconômicas e tipificação dos municípios. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 9, set. 2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/ie.php>>. Acesso em: 07 set. 2012.

COSTA, N. M. C. et al. Indicadores Físico-Bióticos de Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo em Áreas Protegidas Brasileiras. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 6., 2010, Coimbra. **Anais...** [S.l: s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema5/nadja>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

HOLTZ, A. C. T. **Relatório de Término do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Mata Atlântica**. São Paulo, 2013. (Texto mimeografado).

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. (Ed). **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.

LOBO, H. A. S. Ecoturismo e percepção de impactos socioambientais sob a ótica dos turistas no PETAR. **Pesquisas em Turismo e Paisagem Cársticas**:

Revista Científica da Secção de Espeleoturismo da Sociedade Brasileira de Espeleologia, Campinas, v. 1, n. 1, p. 67-76, 2008.

MAGRO, T. C. **Impactos do uso público em uma trilha no Planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 1999. 135 f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1999.

MARTINS, A. B. M.; PAIVA, A. O. S. V. **Promovendo os direitos de mulheres, crianças e jovens de comunidades anfitriãs de turismo do Vale do Ribeira /São Paulo**. São Paulo: Instituto IngOng de Planejamento Socioambiental, 2009.

NEIMAN, Z; RABINOVICI, A. Espeleoturismo e educação ambiental no PETAR. **Pesquisas em Turismo e Paisagem Cársticas**: Revista Científica da Secção de Espeleoturismo da Sociedade Brasileira de Espeleologia, Campinas, v. 1, n. 1, p. 57-66, 2008.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SANTOS, K. M. P. S. **A atividade artesanal com fibra de bananeira em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP)**. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agrossistemas) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005. Disponível em: <<http://200.145.44.3/museu/basededados/arquivos/00000193.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica**. [S.l.: s.n.], 2003. (Carta COFLEX).

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://homologa.ambiente.sp.gov.br/ecoturismo/mataatlantica/downloads/downloads.asp>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal. **Plano de Manejo do PETAR**. São Paulo, 2009. (Em análise no Consema).

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Mata Atlântica**. São Paulo, 2013 a. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/ecoturismo/files/2013/10/LivroEcoturismo2013.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Instituto Florestal. **Termo de Compromisso de Compensação Ambiental: Manual de Procedimentos**. São Paulo: Instituto Florestal, 2013b.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação: texto da Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional e Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. (Cadernos da Reserva da Biosfera, 18).

PEDRINI, A. G. et al. Gestão de áreas protegidas com educação ambiental emancipatória pelo ecoturismo marinho: a proposta do projeto ecoturismar. Rio Claro, SP: **OLAM: Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, Ano X, n. 3 (Especial), p. 6-81, setembro 2011.

TAKAHASHI, L. Uso público em Unidades de Conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, ano 02, n. 2, p. 25-28, outubro 2004.

TITO, M. F. **A importância do Ecoturismo para a preservação do Parque Nacional da Tijuca**. 2003. 49 f. Monografia (Especialização em Planejamento e Educação Ambiental) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/26/MARIANGELA%20FERREIRA%20TITO.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2012.